



# *Guerras Esquecidas do Brasil*

*A consolidação do território*

*Das Guerras da Independência à perda  
da Cisplatina e a conquista do Acre*

Autor: Giorgio Dal Molin  
Revisão/Edição: Jones Rossi  
e Bruna Komarchesqui

**Bicentenário  
da Independência**

**GAZETA DO POVO**





# INTRODUÇÃO

## INTRODUÇÃO

Esqueça a história de que a Independência do Brasil foi algo pacífico. O Grito do Ipiranga só é marcado como o rompimento oficial entre Brasil e Portugal por uma construção historiográfica que privilegia a formação brasileira a partir de um pedaço do nosso território.

Existem outras datas e versões tão importantes quanto o 7 de setembro de 1822. São muitas, aliás, que merecem ser contadas no Bicentenário da Independência.

Para chegar à dimensão continental que o Brasil tem hoje, milhares de vidas foram perdidas em guerras e batalhas. Aliás, não foram apenas lutas entre os “portugueses da América” e os “portugueses da Europa”. Foram guerras e batalhas contra outros povos vizinhos, o que inclui argentinos, bolivianos e peruanos, por exemplo.

Por este motivo, a Gazeta do Povo resolveu trazer a público algumas das principais guerras que marcaram a formação do nosso território. Privilegiamos

[voltar para o índice](#)

aquelas que consolidaram a adesão das províncias do Norte-Nordeste ao processo da independência, na década de 1820, além de mostrarmos como “perdemos” a Província Cisplatina (atual Uruguai) e “ganhamos” o Acre, que até o fim do Século 19 era uma terra praticamente desconhecida, pertencente à Bolívia.

Existem outros conflitos históricos não citados nesta publicação. Como disse à Gazeta do Povo o chefe da divisão de Acervo e Curadoria do Museu da Independência, Paulo Garcês, durante a construção deste material, ao comemorarmos os 200 anos da independência, é importante lembrar de outras tentativas de independência de partes do Brasil.

Foi o caso da Confederação do Equador, que buscava desmembrar parte do Nordeste, em uma disputa entre rebeldes e o Império, em 1824. Foi também o caso da República do Piratini, que buscava separar o Rio Grande do Sul do Brasil, durante a Revolução Farroupilha (1835-1845). Houve ainda a Revolução Pernambucana de 1817 ou mesmo a famosa Inconfidên-

[voltar para o índice](#)

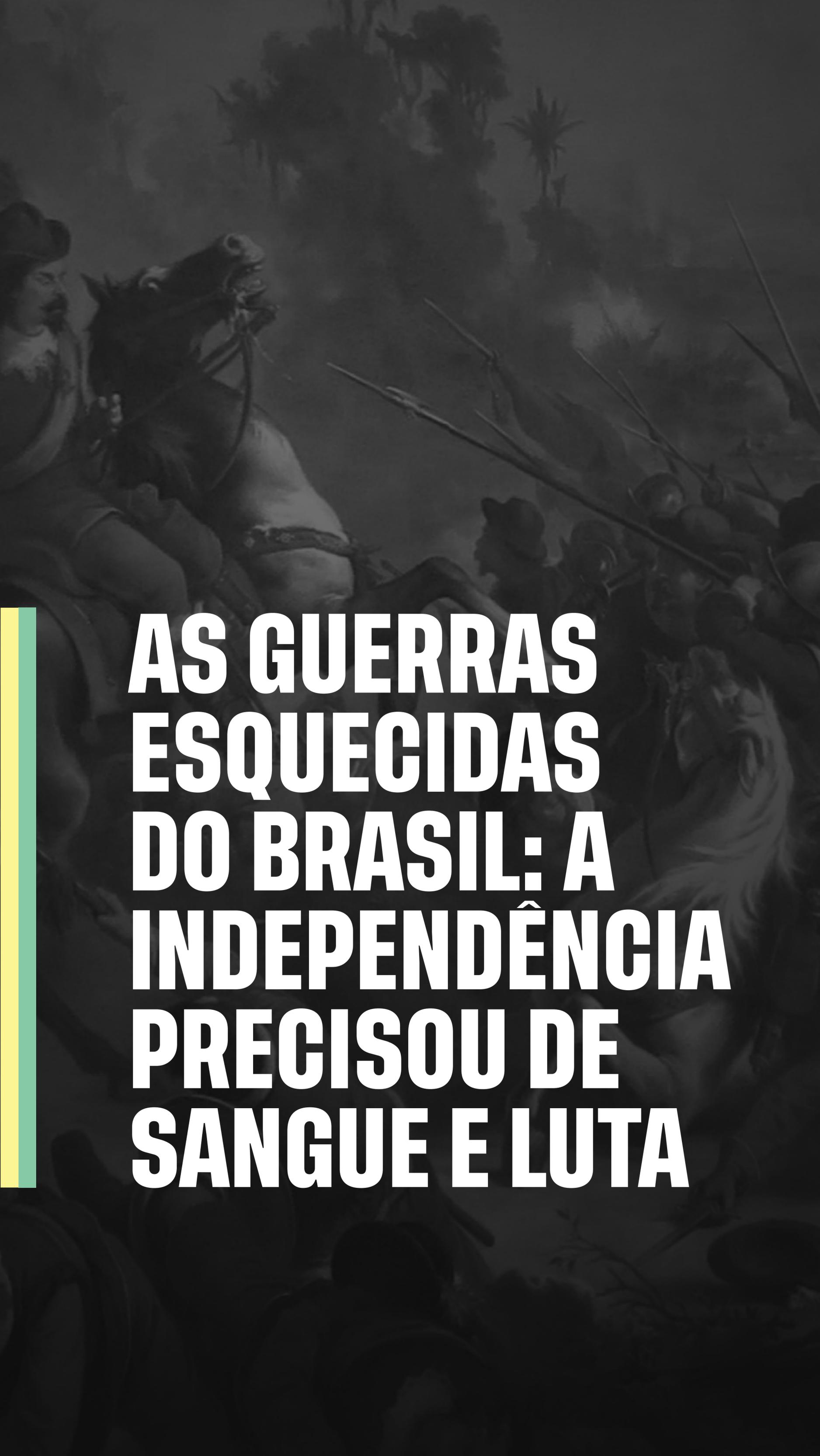
cia Mineira (1789), movimentos separatistas reprimidos antes da independência brasileira. São marcos históricos lembrados nas bandeiras dos estados de Pernambuco, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, por exemplo.

E por que não falamos profundamente dessa outra História do Brasil? Acontece que o país que vemos hoje só começou a ser cimentado por Dom Pedro II, no Segundo Reinado, quando houve um esforço para centrar os fatos nos acontecimentos do Sudeste. O famoso quadro de Pedro Américo (Independência ou Morte, 1888), encomendado pelo Império, é talvez o melhor exemplo de tudo isso.

Precisamos, portanto, valorizar todas as histórias do Brasil. Uma formação feita de guerras, suor, sangue e sacrifício de vidas literalmente de Norte a Sul do país. É a história que tentamos resgatar, pelo menos uma parte, neste trabalho.

Boa leitura!

[voltar para o índice](#)



**AS GUERRAS  
ESQUECIDAS  
DO BRASIL: A  
INDEPENDÊNCIA  
PRECISOU DE  
SANGUE E LUTA**

# AS GUERRAS ESQUECIDAS DO BRASIL: A INDEPENDÊNCIA PRECISOU DE SANGUE E LUTA

Talvez você já saiba que aquela história sobre Dom Pedro I e o brado da independência não foi bem como contam na escola. Mas além de uma dor de barriga imperial antes do Grito do Ipiranga e os burros (não eram cavalos) que acompanhavam o então Príncipe Regente, Portugal não engoliu bem esse negócio, levando a uma das Guerras Esquecidas do Brasil: a da Independência.

Alguns historiadores a chamam de Guerras da Independência do Brasil, no plural. Afinal, foi um combo: Independência da Bahia, Batalha do Jenipapo e conflitos no Maranhão, Grão-Pará e Província Cisplatina.

Os preparativos para uma guerra começaram antes mesmo do grito da independência, que por sinal aconteceu quando D. Pedro recebeu um decreto de Independência já assinado pela Princesa Leopoldi-

[voltar para o índice](#)

na, que ficou no Rio de Janeiro “tocando o barco” enquanto o então príncipe regente foi a São Paulo resolver uns perrengues locais. Afinal, os membros da junta do governo provisório paulista vinham se desentendendo – algo que Pedro conseguiu contornar.

Antes mesmo do famoso Dia do Fico (quando D. Pedro contrariou ordens da Coroa para voltar a Lisboa, em 9 de janeiro de 1822), estava claro que as províncias buscariam independência. Portugal já tinha até mesmo esboçado um plano de recolonização, com interferências diretas na administração brasileira, fiscalização e garantia de tropas. Havia tropas especialmente nas províncias ao Norte prontas para “abraçarem a causa portuguesa”.

Por outro lado, o surto nacionalista aumentava no Sudeste e Sul. Após o Fico e com a Constituição jurada, as forças portuguesas não tinham muito o que fazer em Rio, Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul. O regente mandou as tropas portuguesas “darem no pé”. Inclusive, geralmente esse é o máximo que aprendemos nas escolas, em grande parte do Brasil.

[voltar para o índice](#)

“Houve um esforço institucional muito grande no Rio de Janeiro e em São Paulo de celebrar a independência a partir dos fatos ocorridos no Sudeste. A partir da década de 1880, é feito um investimento muito grande de dinheiro da Província de São Paulo, e do próprio governo monárquico no Rio de Janeiro para o reforço dessa identificação da independência com São Paulo e depois, claro, em decorrência disso, a construção de uma sede de poder da Corte no Rio de Janeiro”, afirmou à **Gazeta do Povo** o chefe da divisão de acervo e curadoria do Museu do Ipiranga, Paulo Garcês.

O problema é que mais ao Norte, com o perdão do paradoxo, o “buraco foi mais embaixo”. A ideia de Portugal, durante o início da década de 1820, era se fortalecer no hoje Nordeste (especialmente Salvador) e Norte (Grão-Pará) para, depois, recolonizar o Brasil.

[voltar para o índice](#)

## 2 DE JULHO: A INDEPENDÊNCIA DA BAHIA

O fato é que os portugueses estavam firmes por aquelas bandas, especialmente em Salvador. Afinal, a Cidade da Bahia (como era conhecida naquele tempo) era um local estratégico e uma das cidades mais importantes das Américas.

Além disso, a Bahia nunca gostou muito de ser governada pelo Rio de Janeiro durante o Reino de Brasil, Portugal e Algarves nos anos que antecederam a independência. Inclusive, quando a Revolução Liberal do Porto, iniciada em 1820, exigiu a volta da Corte do Rei Dom João VI do Rio para Lisboa, a notícia foi bem recebida e a Bahia foi a segunda província a aderir ao movimento liberal do Porto, e a primeira a se desligar à subordinação do Rio de Janeiro em junho de 1821.

“Inicialmente houve uma recepção da notícia na Bahia com bons olhos pelo cunho liberal e constitucionalista. Por outro lado, começou a se aprofundar uma diferença de perspectiva política

[voltar para o índice](#)

de dois grupos, que a gente pode chamar hoje de grandes comerciantes e os proprietários de terras. Eles vão se configurar depois entre portugueses e brasileiros, mas naquele momento não tinham essa conotação nacional”, explicou à Gazeta o professor doutor Sérgio Diniz Guerra, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

E isso não era uma mera questão política: também era econômica. A conexão comercial mais importante da Bahia era com Portugal. Ainda que as províncias do Brasil tenham passado a ter condições iguais a Lisboa quando foi oficializado o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, a nova constituinte ameaçava essa liberdade comercial nos territórios brasileiros.

Naquela época, Salvador acabou virando uma capital de província polarizada, como revelou Francisco de Sierra y Mariscal, testemunha ocular dos fatos, em uma publicação de Lisboa em 1823. Havia um grupo (grande) de defensores de Lisboa. Outro grupo da “aristocracia” que defendia um estado brasileiro. E uma “terceira via” que queria governos provinciais independentes.

[voltar para o índice](#)

“Embora seja difícil detectar o momento exato em que a política reformista e de conciliação da Coroa de Bragança tenham perdido a hegemonia entre as classes dominantes da capitania, essa viragem aconteceu”, relata o historiador Argemiro Ribeiro de Souza Filho, em sua [tese de doutorado](#).

Isso porque a tensão entre a “primeira e segunda via” foi aumentando ao longo dos anos.

A Bahia era uma de certa forma acostumada ao sangue de insurreições de escravizados nos anos anteriores por conta da ampliação da economia canavieira, aumento do tráfico negreiro e ampliação de portugueses europeus na Bahia, o que incluiu a transferência de tropas lusitanas para a capital baiana. Soldados e oficiais, aliás, que tinham tratamento diferenciado em comparação aos nascidos por essas bandas.

“Criou-se uma Assembleia Constituinte, e as cortes gerais foram escrever uma constituição para esse Reino Unido. A questão é que quando essa cons-

[voltar para o índice](#)

tituição começa a ser escrita, surgem as divergências políticas entre os grandes comerciantes, em sua maioria nascidos na Europa, e os grandes proprietários, em sua maioria nascidos na América”, afirma Sergio Guerra.

Mercadores e militares brasileiros, magistrados e classes sociais intermediárias viam naquele momento uma ameaça. E o início dos confrontos estourou em fevereiro de 1822, quando veio a ordem de troca do governador das armas da província. A corte de Portugal mandou substituir o brigadeiro Manuel Pedro de Freitas, inclinado à causa baiana, pelo general português Inácio Luís Madeira de Melo.

Vereadores de Salvador tentaram impedir a posse. Militares brasileiros também. Como não houve transição pacífica, tiros e gritos foram sons comuns por algumas semanas. Era o início de uma guerra civil na Bahia, com centenas de mortos (não há um dado preciso), decretando o início das Guerras da Independência do Brasil.

[voltar para o índice](#)

“A elite baiana se agrega a um conselho interino de governo, que não aceita o poder do general Madeira de Melo. Eles criam uma capital em Cachoeira enquanto Salvador continua uma capital portuguesa, e criam o governo. Eram senhores de terra e de escravos que dominavam esse cenário político, e fizeram muita questão de aderir ao projeto independentista de D. Pedro porque essa seria uma opção de segurança da elite baiana para manutenção do seu status quo, o que inclui a escravidão, privilégios de monopólio e também do latifúndio”, destaca o professor da UFRB.

Para se ter uma ideia, em 19 de fevereiro de 1822, Salvador virou palco de guerra, com confrontos no Forte de São Pedro, nas Mercês, no Campo da Pólvora e na Praça da Piedade. Historiadores contam que tropas portuguesas invadiram edifícios, chegando ao Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa. Foi quando a Madre Joanna Angélica se postou em frente aos portugueses. Reza a lenda que ela disse:

[voltar para o índice](#)

*“Para trás, bandidos! Respeitai a casa de Deus! Só entrarão passando por cima do meu cadáver!”*

Foi o que os soldados fizeram. Mataram a madre a golpes de baioneta e Joana Angélica hoje é uma das mártires da Independência.

Estima-se que entre os dias 18 e 21 de fevereiro ocorreram até 200 mortes, somando ambos os lados, com resultado favorável para os portugueses, obrigando os soldados baianos-brasileiros a se retirarem para o Recôncavo Baiano, seguidos por cidadãos e famílias da cidade, segundo Sérgio Guerra.

Foi a chance de organizar uma nova resistência. A vila de Santo Amaro da Purificação foi a primeira a declarar lealdade a D. Pedro, em 14 de junho, seguido pela vizinha Cachoeira, no dia 25. Como resposta, imediatamente uma tropa portuguesa no Rio Paraguaçu atacou Cachoeira, em um tiroteio de 72 horas, até que os portugueses bateram em retirada.

Ciente das notícias, D. Pedro mandou Madeira de

[voltar para o índice](#)

Melo embarcar para Portugal, e foi desobedecido. Afinal, ele tinha ao seu lado reforços de outras tropas que haviam sido expulsas do Sul e Sudeste.

“Muitas tropas saídas do Rio e da Cisplatina acabam ficando em Salvador, na cidade da Bahia, por esforço de Madeira e do corpo de comércio que arrecada fundos para pagar os soldos daquelas tropas que deveriam voltar para Portugal, e que eles acabam mantendo em Salvador a partir dessa movimentação. Quando saem das províncias, saem com a rota de retorno a Portugal. Mas aquelas que fazem alguma parada na Bahia recebem esse convite para permanecer”, diz Sérgio Guerra.

Mesmo assim, os rebeldes baianos conseguiram iniciar um cerco em Salvador, fechando dois dos principais acessos à cidade, segundo o professor. Além disso, o Príncipe Regente optou então por organizar um exército liderado por um general mercenário Francês: Pierre Labatut, que partiu do Rio para a Bahia com quase 300 militares mais armamentos.

[voltar para o índice](#)

Só tinha um problema: perto de Salvador haviam muitos navios portugueses e Labatut optou por desviar a rota até Maceió. “Muitas vezes as expedições tinham planos A, B e C”, explica o professor, que destaca ainda que, com essa opção por Alagoas, Labatut pode ainda verificar a lealdade de outras províncias ao projeto e pacificar a movimentação de portugueses.

De lá, ele rumou por três meses marchando até a Bahia, engrossando a tropa com escravizados, libertos, índios, entre outros novos soldados de classes mais pobres em Pernambuco, Sergipe, Alagoas e, claro, Bahia. Voluntários esses que, junto com as tropas que se formaram na própria Bahia anteriormente, mais tarde seriam representados pela figura do Caboclo nas comemorações da independência baiana.

Foram mais de dez meses de combates e os brasileiros cercaram Salvador por terra, mas no mar os lusos ainda tinham o domínio. O jogo virou a favor mesmo dos brasileiros graças a outro mercenário:

[voltar para o índice](#)

o escocês almirante Thomas Cochrane cercou a saída marítima em maio de 1822.

Porém, a guerra continuou com batalhas decisivas, dignas de filme. A Batalha do Pirajá, em 8 de novembro de 1822, foi uma delas, marcada por envolver mais de 10 mil combatentes de ambos os lados e pela martirização de Maria Quitéria de Jesus, que se disfarçou de homem para combater ao lado dos brasileiros.

A figura de Maria Quitéria, inclusive, é uma das poucas das Guerras da Independência do Brasil vistas no Museu do Ipiranga, segundo Paulo Garcês. “É uma heroína que está ali na parede com a Imperatriz Leopoldina, cercada dos filhos. Mas não é efetivamente o combate sangrento, a morte, a guerra, que caracteriza vários desses combates nas capitânicas do Norte. Nada disso é representado visualmente no museu”, pontua o historiador.

Aliás, na mesma batalha, um outro personagem chamado corneteiro Luís Lopes recebeu ordens pa-

[voltar para o índice](#)

ra dar o sinal de recuar tropas, e resolveu fazer justamente o oposto: ordenou “avançar e dego- lar”. De alguma forma deu certo e os portugueses bateram em retirada.

A outra batalha decisiva foi em 7 de janeiro de 1823, quando tropas lusas tentaram romper o cerco buscando dominar a Ilha de Itaparica. Após três dias, saíram derrotados e, ainda que tenham tentado alguma reorganização, no dia 2 julho de 1823 os baianos amanheceram com uma surpresa: pela madrugada, Madeira de Melo tomou finalmente o rumo de casa e levou na bagagem mais de 10 mil portugueses.

Foi selado assim o novo dia da Independência do Brasil, ou melhor, da Bahia: a data, além de feriado estadual, é o tema do hino do estado e as festas de caboclos e caboclas são formas de contar essa história e reafirmar a história popular nessa guerra.

[voltar para o índice](#)

# BATALHA DO JENIPAPO: O MASSACRE QUE IMPEDIU OUTROS MASSACRES

Enquanto acontecia a Guerra Civil na Bahia, outro movimento tão importante quanto aquele era organizado na província do Piauí. Movimento, aliás, por décadas negligenciado por grande parte da historiografia.

A província, que antes havia sido parte do Maranhão, se tornou peça chave na independência brasileira por diversos motivos. Um dos mais fortes era a carne. Isso mesmo, o Piauí era o maior produtor de gado do Brasil, enviando alimento tanto para Portugal quanto para outros locais estratégicos do território, como Goyaz (era assim que se escrevia), Minas Gerais, e outros territórios, como explicou o professor doutor Johny Santana de Araújo, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e sócio de membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), em entrevista à **Gazeta do Povo**.

[voltar para o índice](#)

Além da maior proximidade de Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro (hoje Amazonas) com Lisboa, as fazendas de gado piauienses seriam estratégicas em um plano de recolonização do Brasil por Portugal, pensado desde 1821, ou pelo menos em uma eventual divisão do território: se o Brasil ficasse independente, Portugal queria pelo menos manter o Norte em suas mãos. E isso incluía manter estrategicamente o Piauí (hoje Nordeste) sob sua tutela.



Assim era a divisão esperada por Portugal na 'pior das hipóteses': sem o Brasil, mas com Norte.

[voltar para o índice](#)

Aliás, o atual estado tinha uma particularidade. “A colonização da capitania foi do interior para fora”, disse Araújo. E isso pesa muito no lugar que a província ocuparia no processo da independência, já que a capital era Oeiras, hoje a 600 km do litoral. Foi para lá que foi enviado um dos melhores militares portugueses: João José da Cunha Fidié, nomeado em 9 de dezembro de 1821 governador das armas, chegando por lá em 9 de agosto de 1822.

O envio não foi à toa. Fidié lutou nas Guerras Napoleônicas lado a lado com o britânico Duque de Wellington, ganhando lugar de destaque nas Guerras da Independência do Brasil.

A meta era segurar uma virtual onda independentista na província piauiense. Ordem expressada pessoalmente por Dom João VI a Fidié, que escreveu em sua biografia:

*“Sua Magestade [D. João VI] me ordenou muito positivamente, que me mantivesse, dizendo-me – ‘mantenha-se! Mantenha-se!’”*

[voltar para o índice](#)

A onda veio e, com o perdão do trocadilho, começou na praia: na vila de Parnaíba, organizada principalmente pelo comerciante e coronel de milícias Simplício Dias da Silva. “Ele tinha um pensamento liberal e não via com bons olhos o projeto de reconstrução”, comenta Johny.

Quando as notícias do Ipiranga chegaram à Parnaíba, já no dia 19 de outubro (para a época foi bem rápido), Simplício convoca a câmara e elite local para aclamar D. Pedro como imperador do Brasil. Isso levou Fidié a iniciar uma marcha com 1,5 mil soldados com “sangue nos olhos” para a cidade, deixando algumas tropas na capital nas mãos do brigadeiro Joaquim de Sousa Martins, presidente da Junta local, e Manoel Sousa Martins, ex-presidente da junta.

Foi aí que começaram os primeiros problemas para Fidié. Chegando em Parnaíba, os revoltosos já não estavam mais por lá. “Ele inclusive coloca em suas cartas que esse tivesse chegado a tempo teria enforcado todos”, comenta o professor da UFPI.

[voltar para o índice](#)

Os insurretos fugiram para Granja, no Ceará, buscar apoio para o movimento. Inclusive, a Câmara do Ceará aprovou uma moção de apoio à formação de um Exército Libertador no Ceará e Piauí.

Enquanto isso, em Oeiras, o brigadeiro Joaquim de Sousa Martins “virou a casaca”, e conclamou a independência do Piauí em 24 de janeiro de 1823. Ele abraçou o movimento por um motivo, um bocado, inusitado. Como explica o professor Araújo, o brigadeiro Sousa Martins foi aliado da eleição da presidência da junta em 1821, ainda que o clã dele continuasse no poder com o irmão: “Pragmaticamente falando, ele guardou aquilo como uma forma de vingança”.

Fidié então se viu obrigado a dar meia volta e, com mais reforços vindos da corte portuguesa, buscar retomar Oeiras. Mas lembra aquele pessoal que foi para o Ceará?

No meio do caminho, uma das duas colunas do Exército Libertador, liderada pelo capitão Luiz Rodri-

[voltar para o índice](#)

gues Chaves, soube que Fidié estava se aproximando da cidade de Campo Maior, ao lado do Rio Jenipapo, que à época estava seco por conta da estiagem. Parecia algo bom para os insurretos usarem de trincheira e atacar as tropas de Fidié. Mas não era.

Enquanto o exército português era um exército de primeira linha, a coluna que resolveu confrontar Fidié era de milícias (segunda linha) e ordenanças (terceira linha). Para piorar, a maioria era de pessoas sem experiência em combates. E foram eles que deram início a essa luta: a Batalha do Jenipapo.

O exército independentista era formado por vaqueiros, escravos, índios, agregados, pessoas humildes que foram convencidas à causa e foram literalmente de peito aberto para a guerra, com facões, machados e outros equipamentos nada eficientes, como dois canhões velhos que falharam nos primeiros tiros.

“[Os soldados] foram de bom grado e morreram. Foi uma perda muito grande”, afirma o professor, revelando ainda que há fontes como cartas de um su-

[voltar para o índice](#)

jeito chamado Capitão Caminha mostrando o desejo de enviar filhos (isso mesmo), vaqueiros, munições, e cavalos sendo espontaneamente enviados ao exército libertador.

No dia 13 de março, esse pessoal liderado por Chaves busca atacar a cavalaria de Fidié, sem saber que as tropas portuguesas se dividiram em duas frentes. Ao saber do ataque, Fidié atravessou o rio Jenipapo, construiu uma barricada, montou artilharia, distribuiu armas pesadas, e armou 11 canhões. Cearenses e piauienses eram o alvo. “Foi um massacre. O campo ficou coalhado de mortos. A batalha durou das 8h às 14h”, diz Santana de Araújo.

Ao final, Fidié perdeu entre 20 e 30 homens de seus quase 2 mil soldados. Do lado brasileiro, algumas fontes citam pouco mais de 200 mortes, outras 400 e outras até 500. Sem contar que Fidié afirma ter feito cerca de 500 prisioneiros (algo que ainda precisa ser estudado).

“Acontece que uma unidade mais preparada do pro-

[voltar para o índice](#)

jeto independentista capturou a bagagem de Fidié, o que hoje no Exército a gente chamaria de Logística: além de dinheiro para pagamento das tropas, capturaram ouro, munição, comida. Sem isso, ele não pôde dar continuidade [a novas batalhas]”, explica o professor. “Ele nunca se perdoou por isso”, completa.

O exército independentista debandou, mas conseguiu reagrupar. Já Fidié se refugiou em uma fazenda próxima: Tombador. Sem armas nem equipamentos, várias incursões aconteceram contra Fidié, inclusive com o apoio de tropas vindas de outras províncias como Bahia e Pernambuco. E o experiente combatente foi recuando até a vila de Caxias, já no Maranhão, onde foi sufocado por tropas enviadas pelos irmãos Sousa Martins. Fidié então se rende, é enviado ao Rio de Janeiro e depois deportado a Portugal, onde – por incrível que pareça – foi recebido com todas as honrarias.

E aqui há dois detalhes importantes apontados pelo professor da UFPI:

[voltar para o índice](#)

Se Fidié não tivesse cometido o erro tático que levou à perda logística, a guerra se estenderia. Seria muito mais sangrenta e, talvez, o Brasil não tivesse em seu território a maioria dos estados do Norte, nem Maranhão (estes mais alinhados à causa portuguesa), nem Piauí.

O outro ponto é que Fidié ficou em Caxias à espera da chegada de reforços de Portugal que desembarcariam em São Luís do Maranhão. Reforços que nunca chegaram por conta do avanço das colunas independentistas que cercaram a capital maranhense e, de certa forma, novamente por uma parcela de culpa de Cochrane (aquele mesmo que cercou a Bahia de todos os Santos). Só que isso é um *spoiler* da história que veremos nas próximas linhas.

[voltar para o índice](#)

# ENTRE O MARANHÃO E O GRÃO-PARÁ: AS PROVÍNCIAS QUE NÃO QUERIAM SER BRASILEIRAS

Ainda que o projeto de Dom Pedro I tenha tido sucesso – na base do gogó ou da pancada – contra os portugueses em locais como Piauí, Ceará, Pernambuco e Bahia, ainda restava convencer (ou conquistar) o resto do Norte da América Portuguesa.

Maranhão e Grão-Pará eram muito mais pró-Lisboa, tanto pelo histórico de exportações quanto por aderirem rapidamente à Revolução Liberal do Porto (que comentamos aqui no trecho da Bahia), do que pró-Rio de Janeiro. Aliás, eram praticamente anti-Rio.

“As primeiras notícias do Rio e de Lisboa de que estavam havendo rusgas começam a chegar aqui no final de 1821, quando as cortes mandam D. Pedro voltar e ele se recusa, com o ato formal depois no Dia do Fico. Desde este momento o que a gente tem aqui, mesmo no pessoal que era oposição, é sempre a defesa de que o Rio de Janeiro não deveria ser o

[voltar para o índice](#)

centro de poder”, explica à **Gazeta do Povo** Marcelo Cheche Galves, autor do livro ‘Ao público sincero e imparcial: imprensa e independência do Maranhão (1821-1826)’ e organizador do livro ‘O Maranhão Oitocentista’, além de professor doutor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Essa indisposição como o Rio de Janeiro era mais comum do que se pensa. “As rupturas intensas da formação brasileira têm origem obviamente no estilhaçamento das capitanias que Portugal promoveu durante o período colonial. Não havia grandes conexões internas. Nós só vamos nos sentir próximos do ponto de vista cultural a partir do século 20, com a construção de uma memória nacional que passa a trazer as capitanias do Norte antigas, e as províncias, para a narração do Brasil. Ou seja, se Pernambuco, Ceará, e as capitanias anexas muitas vezes eram associadas a uma ideia de separatismo”, destaca Paulo Garcês, do Museu da Independência.

“O centro de poder no Rio significava tributação maior e deslocar o poder para um lugar para onde

[voltar para o índice](#)

nossos comerciantes não tinham qualquer relação. Nossos comerciantes negociavam com Lisboa e Porto e nossa produção de algodão ia toda para Londres. Então, não havia conexões com o Rio de Janeiro em nenhum sentido. O principal jornal daqui [à época], O Conciliador, dizia: ‘Os polos do Rio de Janeiro são apenas nossos contemporâneos’”, completa o especialista Cheche Galves.

Não foi à toa, portanto, que o Maranhão simplesmente ignorou o grito de Dom Pedro até 1823. Tanto que a província até mesmo elegeu deputados para a segunda legislatura das cortes de Portugal em janeiro de 1823.

“A coisa começa a se modificar a partir do momento que Piauí e Ceará declaram suas independências”, destaca o professor.

Mas isso não acontece por vontade maranhense. Acontece porque as regiões mais aderentes à independência no litoral do Piauí e Ceará, respectivamente em Parnaíba e Granja, formam os primeiros

[voltar para o índice](#)

contingentes de tropas que marcham em direção ao Maranhão. “Estamos falando de tropas irregulares, de escravizados, de libertos, financiadas por proprietários da região que tinham interesse na independência”, afirma Marcelo Cheche.

Se o exército era, digamos, amador, pelo menos o roteiro era inteligente: o grupo segue pela faixa próxima ao litoral. Enquanto isso, no interior, “as tropas portuguesas expulsas no Piauí vão para o Maranhão e se concentram na vila de Caxias, que é a principal vila do interior do Maranhão”, recorda o professor. Lembra do Fidié, que falamos no trecho do Piauí? Assim as tropas brasileiras evitavam o confronto no interior.

O problema [para os portugueses] é que já tinha algum tempo que os lusos de São Luís também aguardavam reforços. E é aqui que o Grão-Pará (hoje dividido em mais estados) entra no jogo.

“Desde janeiro, o Maranhão aguardava que chegassem tropas de Portugal ou de algum lugar, quando

[voltar para o índice](#)

começa esse movimento no Piauí e no Ceará. E o Grão-Pará aprova em janeiro de 1823 o envio de tropas para o Maranhão para ajudar. Porque eles sabiam que se o Maranhão caísse, cairia o Grão-Pará na sequência. Então, o governador das armas do Grão Pará, brigadeiro José Maria de Moura, aceita encaminhar contingentes que vão se concentrar exatamente nessa divisa do Piauí para tentar conter esse avanço”, explica o historiador.

Ele completa dizendo que se, por um lado, não acontecem especificamente Guerras da Independência do Brasil no Grão-Pará, existem essas tropas grão-pa-raenses deslocadas para combate na divisa do Maranhão com o Piauí. Mas não foram o suficiente para segurar a turma vinda das outras províncias: a primeira vitória brasileira em solo maranhense acontece na vila de São Bernardo, em maio de 1823.

Enquanto os derrotados vão batendo em retirada para Caxias, os vencedores avançam até a região de Itapecuru, grande produtora de algodão. Lá eles encontram uma figura chamada José Felix Pereira de

[voltar para o índice](#)

Burgos, comandante das armas local, de família rica e produtora. Um homem que personaliza bem o que aconteceu com os produtores de algodão da região.

“Quando essas tropas independentistas chegam no Itapecuru, os grandes proprietários ficam temerosos que os escravizados pudessem atribuir um outro sentido à ideia de independência, de que isso significasse abolição e liberdade”, explica Cheche. E advinha quem foi um desses proprietários? Ele mesmo: José Burgos. “Eles aderem à independência. Por isso, não há conflitos, como os que aconteceram mais perto da divisa com o Piauí”, diz o professor.

O historiador opina que, quando essas tropas chegaram à região, a elite que ocupava cargos e patentes, e jamais haviam manifestado qualquer desejo de ser Brasil, aderem à Independência como uma forma de amenizar qualquer impacto de transformação. “E a partir do momento em que isso acontece, acabou [para Portugal]”, diz. Afinal, as tropas engrossaram com essas novas adesões dos fazendeiros e cercam a capital São Luís em junho de 1823.

[voltar para o índice](#)

“Esse cerco significa que o algodão não chega para ser exportado, nem o arroz, nem a carne fresca que antes vinha do Piauí. Então você tem um último mês bastante tenso em que a questão da independência vai se tornando eminente”, aponta.

Caso o leitor esteja se perguntando se ainda não haveria uma saída via marítima para os portugueses, a resposta é sim: os líderes portugueses ainda esperavam reforços no porto. Porém, os únicos que chegaram foram os perdedores da Guerra na Bahia. A chegada aconteceu dia 14 de julho, como explica o professor Cheche: “Isso no máximo acaba por adiar a decisão das autoridades daqui de aderir à Independência”.

Aqui também entra a participação do almirante Cochrane, que agiu na Bahia poucas semanas antes. Ele desembarcou em São Luís em 26 de julho. “O que ele basicamente faz é estabelecer uma autoridade imperial porque as tropas do Piauí e do Ceará são tropas sem muito comando. Então, a autoridade dele quando chega é começar a negociar a ren-

[voltar para o índice](#)

dição [portuguesa], o que acaba sendo central para instituir essa nova ordem a partir do 28 de julho”, explica o professor.

O objetivo, nessa questão, era mostrar que a independência estava consolidada. Mas Cochrane foi além, sendo muitas vezes visto como mais vilão do que herói. Segundo Cheche, o mercenário manda confiscar até mesmo o dinheiro de brasileiros que deviam para negociantes da praça de Lisboa, com o pensamento de “quem negocia com inimigo é inimigo”. Além disso, ao receber escravizados que se apresentam como voluntários para serem soldados em sua nau Dom Pedro I, ele os “reescraviza”.

[voltar para o índice](#)

# E O GRÃO-PARÁ, ONDE FICA NAS GUERRAS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL?

Bom, a situação por lá era muito parecida com o Maranhão. O Brigadeiro Moura tinha situação favorável em Belém, onde tinha meios de repressão, mas não no interior e solicitava recursos de Lisboa para enfrentar “elevado número de dissidências”, como mostra o autor Hélio Franchini Neto em sua [tese de doutorado](#) “Independência e Morte – Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823)”.

Houve levantes, como na Ilha de Marajó, em 14 de abril de 1823. “Lá proclamaram, em 28 de maio de 1823, o apoio à causa do Rio de Janeiro. Era a primeira expressão dessa natureza na Província paraense. A reação da Junta foi o envio de força, que se bateu com os aproximadamente 200 rebeldes por mais de quatro horas. A vitória foi dos partidários de Lisboa, que aprisionaram os independentistas e os recolheram para Belém. Em 7 de junho de 1923, dezenas de prisioneiros foram enviados a Lisboa”, escreve o autor.

[voltar para o índice](#)

Ao todo, o militar historiador contemporâneo dos acontecimentos Francisco Adolfo de Varnhagen (1810-1878), o barão de Porto Seguro – mencionado nos trabalhos de Franchini Neto e do historiador José Honório Rodrigues (1913-1987) – os conflitos do processo que culminou com a incorporação do Pará ao Império do Brasil terminou com cerca de 1 mil mortos, antes da incorporação e em alguns tumultos posteriores.

Contudo, a província tinha forte dependência em relação ao Maranhão, como conta o professor da UEMA Marcelo Chece. E isso é refletido até mesmo na aceitação da independência. Poucos dias após Cochrane formalizar a adesão maranhense ao novo império brasileiro, o mercenário envia uma esquadra para o Pará, liderada pelo almirante John Pascoe Grenfell, desembarcando dia 10 de agosto de 1823.

A estratégia em Belém foi bem similar ao feito em São Luís: uma ameaça de bombardear a cidade se não houvesse a rendição, com reforços vindos de

[voltar para o índice](#)

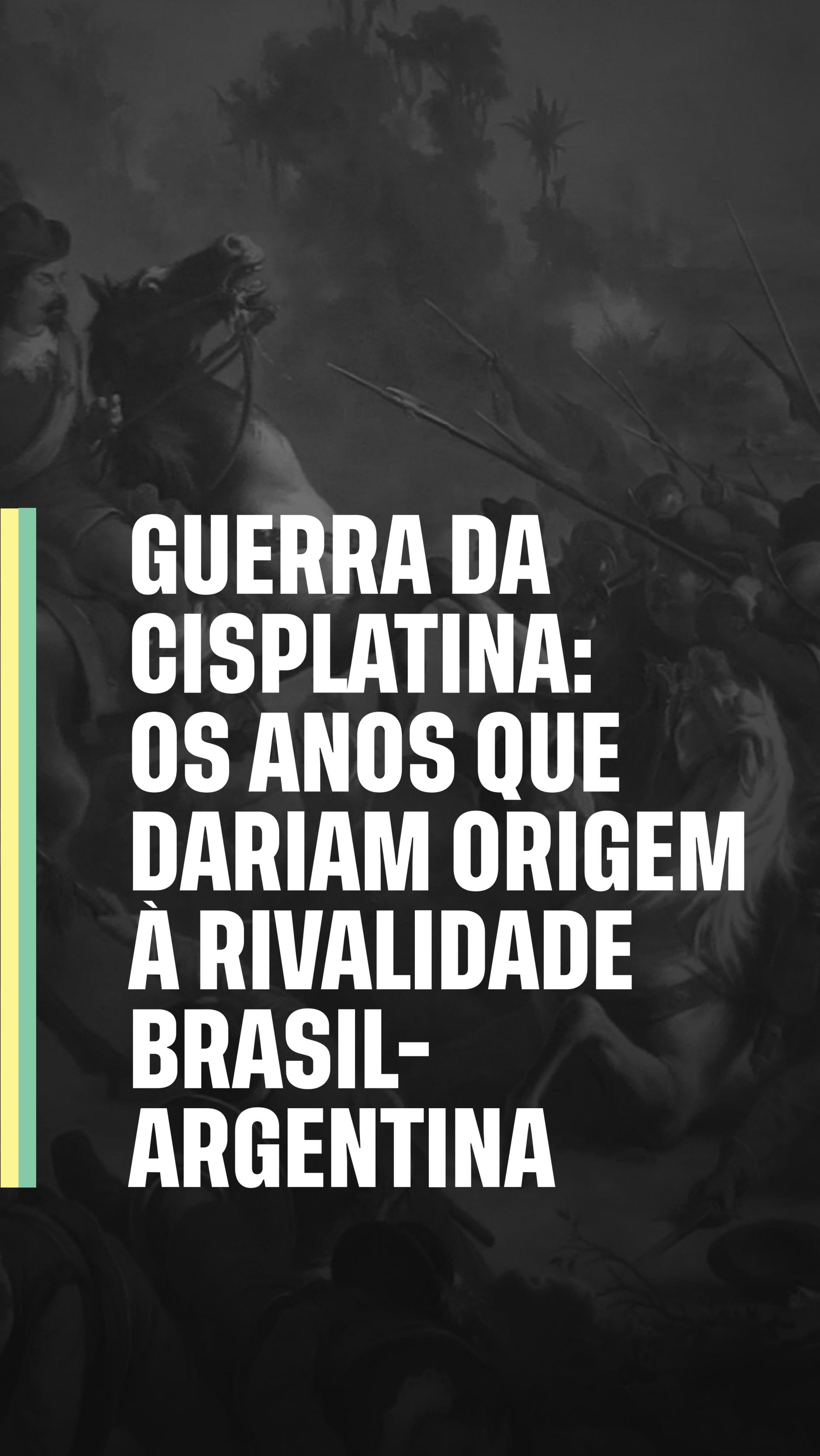
novos navios que ”estariam a caminho”. Desconfiado, o Brigadeiro Moura ainda tentaria um último levante de militares. Não deu certo. Ele foi preso e, em 15 de agosto, houve o juramento a D. Pedro.

## **SÓ FALTAVA ESSA...**

O Grão-Pará foi a penúltima província a se incorporar ao regime comandado pelo Rio de Janeiro. Restava ainda o atual Uruguai: a Província da Cisplatina.

O território tinha sido incorporado havia pouco tempo ao Reino de Portugal, Brasil e Algarves, mais precisamente em 1816, por D. João VI. Apesar da adesão ao território brasileiro, rapidamente se dissipou e buscou a própria independência. Mas isso merece um capítulo à parte, como veremos em uma reportagem específica sobre a Guerra da Cisplatina.

[voltar para o índice](#)



**GUERRA DA  
CISPLATINA:  
OS ANOS QUE  
DARIAM ORIGEM  
À RIVALIDADE  
BRASIL-  
ARGENTINA**

# **GUERRA DA CISPLATINA: OS ANOS QUE DARIAM ORIGEM À RIVALIDADE BRASIL-ARGENTINA**

Tão utilizada para definir a extensão do Brasil, a expressão do Oiapoque ao Chuí poderia hoje muito bem ser do Oiapoque ao Prata. Talvez, inclusive, alguém lá pelo Século 19 tenha dito isso para definir o Brasil. Só não continua assim por causa da Guerra da Cisplatina: uma das guerras mais esquecidas do Brasil.

A Guerra da Cisplatina foi um conflito travado entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, hoje Argentina, no território do atual Uruguai e em um pedaço do Rio Grande do Sul. O confronto foi acompanhado de perto pelas principais potências da época, como Inglaterra, França e Estados Unidos, e teve também influência de sociedades secretas, em especial as divisões da Maçonaria.

Ao final, pode-se dizer que o vencedor foi a Inglaterra, que mediou o acordo de paz que transforma-

[voltar para o índice](#)

ria o território em um país independente, o Uruguai, por muitas vezes ironicamente chamado pela narrativa histórica de “Estado Tampão”.

Mas como foi até se chegar nisso? Bem, de 1821, quando o então Reino de Portugal, Brasil e Algarves anexou a região do atual Uruguai, chamando-a de Província Cisplatina, até 1828, efetivamente Brasil e Uruguai eram uma coisa só. Aliás, essa influência luso-brasileira ainda é marcante por aquelas bandas.

“Até hoje todos os departamentos do Uruguai veem TV brasileira”, exemplifica o mestre em História Nelson Pierroti, professor da Universidad de Montevideo e da Universidad de la Empresa, em entrevista à **Gazeta do Povo**.

Contudo, para entender isso melhor, precisamos voltar no tempo para ainda antes das Guerras da Independência do Brasil (1822-1824).

[voltar para o índice](#)

# ANTECEDENTES

De forma resumida (bem resumida mesmo), essa história começa com a disputa colonial entre Portugal e Espanha. Se por um lado os espanhóis sempre tiveram uma cidade portuária forte à margem direita do Rio da Prata (aquela tal Buenos Aires), os portugueses sentiam que também precisavam de uma cidade estratégica por ali pertinho, tanto para fins comerciais quanto políticos e bélicos.

Por isso, os lusitanos resolveram fincar o pé na margem esquerda, com a fundação de Colônia de Sacramento em 1680, hoje uma das cidades turísticas mais visitadas e preservadas do império colonial português.

O ponto é que isso nunca foi muito aceito pelos espanhóis, que ora cercavam e dominavam a cidade, ora a devolviam (ou melhor, eram obrigados a devolvê-la). Tanto que chegou a Espanha e resolveu criar sua própria versão portuária à esquerda do Prata, fundando Montevideo (Montevidéu) em 1724,

[voltar para o índice](#)

o que incluía também o objetivo de manter os lusitanos fora do Rio da Prata.

Mesmo assim, até meados de 1800 e bolinha, mais ao Norte do Uruguai, a influência da cultura lusitana também era evidente, até pela proximidade com o Rio Grande do Sul.

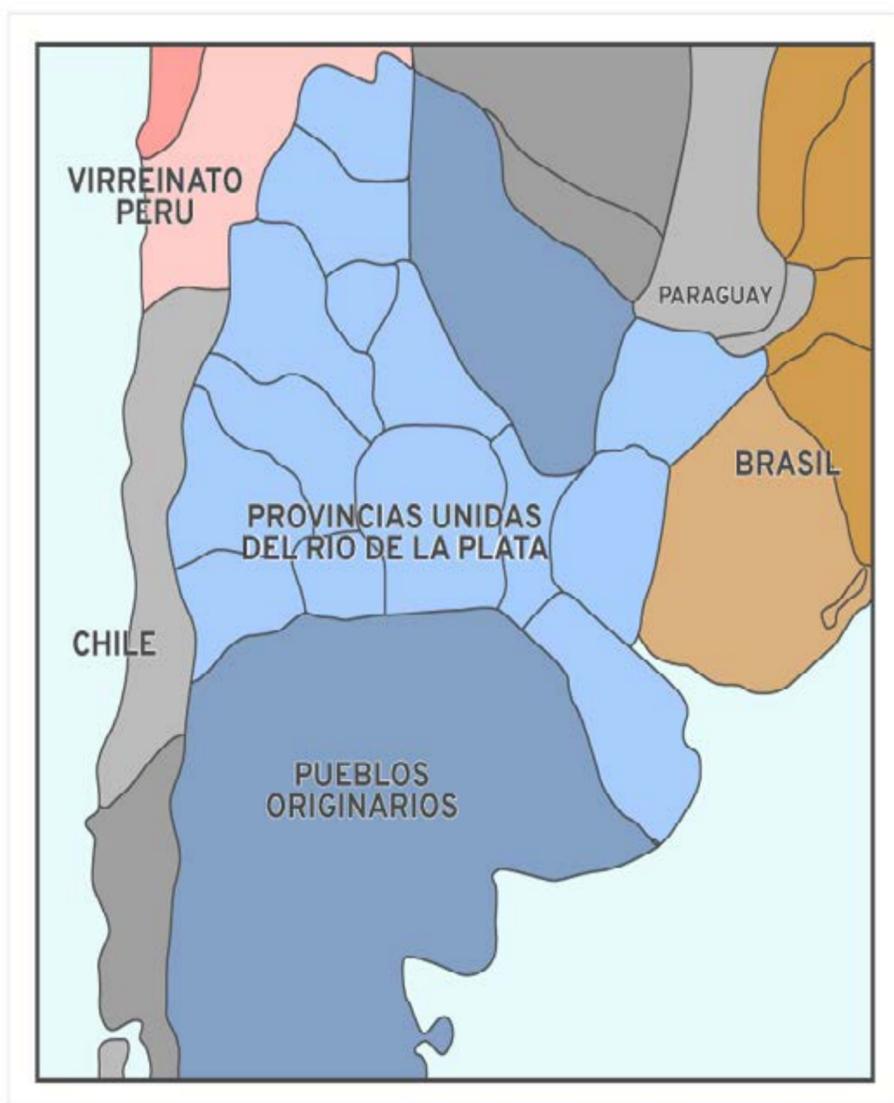
Porém, a influência de Buenos Aires também era marcante, tanto pela língua quanto pelos costumes culturais herdados da Espanha. Era quase que um cabo de guerra político-cultural entre as nações ibéricas na região do atual Uruguai. “E o que passa quando te puxam de um lado e de outro, é que você trata de emoldar sua própria personalidade, uma identidade que te distingue”, afirma Pierroti.

Contudo, o chefe da divisão de Acervo e Curadoria do Museu da Independência, historiador Paulo Garcês, lembra que a maior influência linguística foi espanhola na região. É uma das razões por atualmente os uruguaianos não vestirem verde-amarelo, ainda que segundo Pierroti na última Copa do Mun-

[voltar para o índice](#)

do os uruguaiois tenham torcido pelo Brasil, depois, claro, do próprio Uruguai.

“A relação do Uruguai, ou da Cisplatina, conosco é muito pontual, que advém sobretudo do século 19. Nós nas capitanias do Sul tivemos muita conexão com o Prata por meio da Colônia de Sacramento, mas até ela não pertencia mais a Portugal por meio dos tratados do século 18. Ou seja, aquela era uma região espanhola, de língua e vínculos culturais com a Espanha”, disse Paulo Garcês à **Gazeta do Povo**.



MAPA DAS PROVÍNCIAS À ÉPOCA

Não foi à toa, portanto, que a Banda Oriental se tornou um desejo por parte das Províncias Unidas do Rio da Prata (depois Argentina), que em 1810 aproveitaram a vulnerabilidade espanhola, as

[voltar para o índice](#)

guerras napoleônicas e o exemplo norte-americano para decretarem a própria independência.

Foi naquele início de século 19 também que emergiu por aquelas bandas um sujeito chamado José Gervasio Artigas, um daqueles gaúchos que nasceram falando espanhol. Montevideano de nascimento, o general Artigas foi figura fundamental na independência das Províncias e na primeira união da Banda Oriental à atual Argentina, em 1811. Foi ele também que liderou a resistência a uma breve e fracassada tentativa de D. João VI (nosso imperador até então) de contragolpear a revolução artiguista em 1811-12 no Uruguai.

Mas como tudo nessa vida tem seu tempo, em 1816, D. João VI tentou outra vez, dessa vez inclusive a pedido de Buenos Aires e da corte espanhola, que ainda viam Artigas como uma ameaça à instabilidade. Agora, a entrada lusa no Uruguai daria certo.

“Foram enviados 4.500 soldados que tinham lutado contra Napoleão. Nada se podia contra esse exército”,

[voltar para o índice](#)

diz o historiador uruguaio. “De alguma maneira, a Cisplatina foi invadida pelo governo monárquico”, completa Paulo Garcês, do Museu da Independência.

À frente desse pessoal estava o comandante Carlos Federico Lecor, que seria escolhido como governador das armas da Província Cisplatina. Por lá, ele fez mil e uma promessas de como poderia melhorar a vida local, que estava com a economia em frangalhos.

“Em 1817, finalmente, entra Lecor em Montevideú. Mas ele não é mal recebido. Ao contrário, nem sequer há resistência. Afinal, essa província já havia sido afetada pelas invasões inglesas em 1806–07. Depois, acontece a revolução de 1810, e todos os problemas entre 1811 e 1814. O campo ficou arruinado. Tinha muitos problemas de desorganização em todo o território”, completa o professor Nelson Pierroti.

[voltar para o índice](#)

# INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA E A PRÉ-GUERRA CISPLATINA

Mesmo recém-consolidada a Província Cisplatina, ela seria uma das mais resistentes à independência do Brasil. Inclusive, foi a última a aceitar D. Pedro como seu imperador, que manteve Lecor como governador da província.

“Foi no seio das forças militares portuguesas que surgiu a discórdia, derivada da obrigação de optar por Lisboa ou pelo Rio de Janeiro. A tropa se dividiu: o comandante geral, Lecor, aderiu a D. Pedro. Outros ficaram com Lisboa e deu-se início a um embate que durou meses. As forças portuguesas resistiram ao cerco brasileiro em Montevideú, marcado por combates periódicos e períodos de relativa inação”, escreveu Helio Franchini Neto, em sua [tese de Doutorado](#) da Universidade de Brasília.

“Os orientais, em sua maioria, assistiram à disputa, apesar de se posicionarem contra ou a favor, após a organização do Congresso de Montevideú, que de-

[voltar para o índice](#)

finiu a incorporação da Cisplatina ao Reino do Brasil”, completou Franchini Neto.

O historiador Nelson Pierroti traz uma importante visão do que aconteceu nesse congresso em 1822, que contou com a presença de personalidades e representantes de todas as partes da província:

“Eles discutiram o que poderiam fazer e foram propostas várias coisas. Alguns propuseram a independência, mas logicamente disseram: como vamos nos manter independentes? Toda a província tinha 75 mil habitantes e estava com a economia arruinada. Então as opções eram unir-se à Argentina, ao Brasil, ou até mesmo a união com a Inglaterra, como pensaram alguns. A Inglaterra tomaria a posse da terra, sendo parte do império britânico.”

Decidiu-se, pelo menos de momento, que o território continuaria brasileiro. O problema é que, quando a Cisplatina passou a fazer parte do Império do Brasil (e não mais do português), o pessoal já não estava muito contente com a gestão do ex-comba-

[voltar para o índice](#)

tente que lutou contra Napoleão.

“De 1817 a 1824, Federico Lecor fez muitas promessas que não pôde cumprir, e a economia oriental se arruinou ainda mais porque foram tirando coisas da província. Por exemplo, Montevideú comercializava couros com Cuba. Mas esse comércio passou para o Rio Grande, deixando Montevideú de lado. Isso arruinou os comerciantes da cidade. Outras medidas tomadas por Lecor também não foram efetivas. Então, pouco a pouco, os mesmos que o haviam apoiado em 1817, em 1823, pensavam em sair disso”, diz o professor uruguaio.

Segundo o historiador, naquele momento, a opinião pública estava dividida. “Temos limitações para saber perfeitamente proporções e quantidades. Mas o mais seguro é que as pessoas comuns e de classe média preferiam a unificação com Argentina”, diz. Já as elites achavam mais seguro continuar do lado brasileiro.

Inclusive, conforme destaca o historiador Davi Car-

[voltar para o índice](#)

neiro, na obra História da Guerra Cisplatina, de 1946, “formou-se mesmo uma sociedade secreta, dos ‘Caballeros Orientales’, cujos ideais eram o combate à dominação brasileira”. Esses caras foram os primeiros, em 1823, a tentar “dar o golpe”. Era uma nova divisão da Maçonaria constituída em Montevideú.

Ainda que naquele ano o movimento tenha fracassado, ele serviria de base para os primeiros grandes conflitos em 1825, quando entram em jogo os 33 Orientales (33 Orientais, em bom português).

## **O DIA EM QUE OS 33 ORIENTALES COMEÇARAM A GUERRA DA CISPLATINA**

Grande parte dessa turma dos Caballeros Orientales se refugiou em lado argentino, mas não tiveram muito apoio de Buenos Aires. “O governo de Entre Rios, porém, foi mais liberal nos seus estímulos materiais aos conspiradores que preparavam um desembarque em território uruguaio para daí realizarem o levante da campanha, levante que se devia generalizar tomando conta do país”, escreveu Davi Carneiro.

[voltar para o índice](#)

Foi justamente essa província, segundo o historiador, que forneceu armas e munições aos cavaleiros que embarcariam e ficariam conhecidos como os 33 Orientales: uruguaaios que partiram da margem ocidental até desembarcar no Arsenal Grande ou Praia da Agraciada, em 19 de abril de 1825, com uma mítica bandeira tricolor escrito “Libertad o Muerte”. O comando da tropa dos 33 foi liderado pelo “camarada” Juan Antônio Lavalleja, que havia combatido ao lado de Artigas desde 1811.



Legenda: El Juramento de los Treinta y Tres Orientales. Pintura de Juan Manuel Blanes (1875-1878)

Mas os hermanos achavam realmente que 33 caras bateriam alguma tropa? O professor Nelson tem uma boa explicação para justificar esse número cabalístico, ou melhor, maçônico:

[voltar para o índice](#)

“Existiu uma influência importante das sociedades secretas maçônicas. O 33 é o número de graus da maçonaria. Imagine só 33 caras lutando contra um exército, é impossível. Eram 33 e o que bateu a foto. Somando, eram 34”, brinca.

O fato é que muita gente se uniu aos 33 (ou seja qual for o número), especialmente pela ruína social e econômica local. E no meio de toda essa gente também estava a maçonaria inglesa observando de perto aquelas ações. Mais para frente neste texto, você entenderá porque essa visão inglesa faz sentido. Por hora, você precisa focar em outro nome: Frutuoso Rivera.

## **O VIRA-CASACAS E A DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA, OU MELHOR, DE UNIÃO**

Quando a tropa uruguaia já tinha pelo menos 200 homens, Lecor achou que deveria enfrentá-los. Mandou para lá o brigadeiro Frutuoso Rivera, uruguaio de Peñarol que parecia estar ao lado do Brasil. Apenas parecia.

[voltar para o índice](#)

Rivera era um homem artiloso. Quando os portugueses combateram Artigas, o militar lutou contra os lusitanos. Mas de alguma forma convenceu os portugueses que seria útil, conquistando Lecor por se posicionar favoravelmente aos interesses brasileiros. Ao ser enviado com sua tropa de 70 homens ao encontro de Lavalleja, porém, fingiu ter sido capturado e se juntou a eles para tomar mate. Seria o 34º dos Orientales (ou 35º, se contarmos quem ‘bateu a foto’).

Pouco depois, segundo contou o historiador uruguaio Vitor Arreguine, em 1892, um general brasileiro (o Coronel Borba) teria ido ao encontro de Rivera, ainda sem saber da deserção. Tomando mate com um amigo, Rivera o recebeu e ouviu do brasileiro que este estava com vontade de “sair na mão” com o “patife do Lavalleja”. Ele teria deixado Borba falar mais até que, depois de um tempo, respondeu, como consta no livro de Davi Carneiro: *“Perdoe-me a inadvertência por não lhe ter ainda apresentado o meu compadre, (frase acompanhada da indicação mímica da pessoa que estava com êle) – o patife do Lavalleja! – e rebentou em ruidosa gargalhada.”*

[voltar para o índice](#)

Claro, Borba foi preso ali mesmo. E a tropa que o acompanhava foi direcionada a uma emboscada, uma das primeiras vitórias dos uruguaianos na Guerra da Cisplatina.

Aquela não seria a última jogada mitológica de Rivera. Anos depois, graças a sua lábia política, ele foi o primeiro presidente constitucional do Uruguai, derrotando ainda seu amigo de mate Lavalleja em uma guerra civil. Mas o que importa aqui é que o vira-casacas foi um dos responsáveis pela criação de um governo provisório na Vila de Florida, em 14 de junho.

Davi Carneiro cita fontes de que Lavalleja ali se tornara chefe do exército, com mil homens acampados na barra de Santa Luzia Chica, e o vira-casacas Rivera com força igual em Durazno. Tinham ainda 300 outros observando Montevideú, comandados pelo caudilho Manuel Oribe.

Era gente suficiente para o grito próprio de [quase] independência. Se declararam independentes de Portugal e do Brasil, mas unidos às Províncias do Rio da Prata.

[voltar para o índice](#)

# A REAÇÃO DA ARGENTINA E A DECLARAÇÃO DE GUERRA

Não foi bem de imediato que a Argentina (ou Províncias Unidas do Rio da Prata) aceitaram aquilo. Antes, os uruguaios ainda teriam que vencer batalhas-chave contra experientes militares brasileiros.

“Essa declaração visava comover Buenos Aires; mas o governo argentino temia a guerra com o Brasil e só veio a decidir-se pela aceitação da ‘declaratória de Florida’ depois dos nossos desastres em Rincón e Sarandi”, escreveu Carneiro.

Essas foram basicamente batalhas em que os brasileiros subestimaram os adversários, em especial em Sarandi, onde as perdas brasileiras podem ter superado 500 pessoas, comparando fontes da época.

Assim, o interior da Cisplatina estava praticamente entregue aos revolucionários, restando aos brasileiros os controles de Colônia do Sacramento, Montevideu e as fortalezas de Santa Teresa. Não era

[voltar para o índice](#)

pouca coisa, claro, mas foi o suficiente para os argentinos se assanharem.

Em 13 maio de 25, os argentinos criam um “exército de observação” com oito mil homens. Até que no dia 25 de outubro enviam ao Brasil uma declaração de incorporação da Província Oriental (Cisplatina), pedindo a evacuação brasileira dos pontos militares que ainda ocupavam. O governo imperial respondeu com uma declaração de guerra, em 10 de dezembro de 1825.

## **INÍCIO DA RIVALIDADE BRASIL-ARGENTINA?**

A partir de 1826, uma coisa ficava clara. Ainda que o Brasil tivesse um exército compatível ao de algumas nações europeias, ele tinha que manter sua atenção em outras rebeliões espalhadas pelo Império. Afinal, pouco tempo antes estourou no Nordeste a Confederação do Equador (1824-1825), liderada por Pernambuco e que quase dividiu o Brasil. A Cisplatina, portanto, não receberia tantos reforços quanto Lecor gostaria.

[voltar para o índice](#)

“O Exército era aristocrático, de configuração semelhante à dos recentes Estados nacionais europeus: nobreza no oficialato e camponeses ou mercenários como soldados”, escreveu o historiador Marcos Vinícios Luft em [tese de Doutorado](#) apresentado em 2013 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: “Essa guerra desgraçada”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1825).

Isso tudo levou Dom Pedro I, ainda em maio de 1825, a fazer uma proclamação aos brasileiros para combaterem na província do Rio Grande São Pedro (Rio Grande do Sul), local para onde o conflito com os “33 Orientales” vinha se estendendo. E foi justamente aquela província que mais sofreu impactos do recrutamento para a luta, segundo o estudo de Vinícios Luft. Contudo, houve, sim, a chegada de regimentos de outras partes do Império, como São Paulo, Curitiba e Santa Catarina.

Ao que parece, não foi o suficiente, pois, coincidência ou não, o resultado foram diversas batalhas perdidas para os argentinos em terra. Por outro lado, a

[voltar para o índice](#)

Marinha brasileira tinha uma esquadra de respeito para os padrões sul-americanos e adotou a estratégia: bloquear o Prata, evitando a saída e a chegada de navios a Buenos Aires, para assim estrangularem a economia argentina.

O bloqueio começou já no dia 21 de dezembro de 1825. A primeira batalha naval aconteceu em Punta Corales, próxima a Buenos Aires, com vitória do Império. Por outro lado, a turma de Rivera também fazia seus saques, prejudicando produtores e comerciantes. Em maio de 1826, por exemplo, ele atacou tropas brasileiras na barra do Rio Arapey (atual norte do Uruguai, perto do RS) e roubou cerca de 20 mil cabeças de gado, segundo o estudo de Luft.

Ou seja, se as coisas não iam bem em solo, pelo mar (ainda que a Marinha tivesse algumas perdas navais) a estratégia funcionava. Um time ganhava na terra (argentinos) e outro na água (brasileiros).

Provavelmente a maior batalha foi a do Ituzaingó, conhecida por aqui como Batalha do Passo do Ro-

[voltar para o índice](#)

sário, em 20 de fevereiro de 1827, no Rio Grande do Sul. Segundo informações atualmente publicadas pelo Exército Brasileiro, foi uma batalha de oito horas (mas pode ter durado mais tempo) entre mais de 5 mil brasileiros e 8 mil platinos. Após movimentações de tropas em vários lados, a estimativa do Barão de Rio Branco foi de 200 mortos e 150 feridos ou prisioneiros do Império contra cerca de 150 mortos e 250 feridos do “lado de lá”.

Ainda que a vitória tenha sido argentina, o general Carlos María Alvear (um dos líderes das tropas) retornou do Passo do Rosário para o município de São Gabriel, que havia sido ocupado e depois ocupou Bagé. Mas essa campanha argentina por terras gaúchas foi desgastante, até que, em junho daquele ano, Alvear escreveu aos seus superiores sobre o estado lastimável das tropas e um pedido de retirada.

[voltar para o índice](#)

# TENTATIVAS DE ACORDO: O ALGODÃO ENTRE DOIS CRISTAIS?

Durante o período da Guerra da Cisplatina, se algo ficou evidente, é que tanto Brasil quanto Argentina estavam desgastados, com o agravante de que os hermanos estavam financeiramente quebrados pelo bloqueio naval brasileiro no Prata.

Ainda que primeiramente na posição de espectadora, a Inglaterra e seus maçons temiam uma coisa: que o Rio da Prata ficasse completamente em mãos argentinas (via Buenos Aires e Montevideú). Era melhor ter duas opções (com o Brasil também no Prata), ou – claro – uma terceira via independente: criando um estado tampão ou, como também ficou conhecida a solução, colocar um algodão entre dois cristais.

Uma primeira tentativa de acordo mediada entre o ministro das relações exteriores inglesas, George Canning, o diplomata argentino Manuel José García (em viagem oficial ao Rio de Janeiro) e as autoridades brasileiras foi um bocado esquisita. Em resumo, pela

[voltar para o índice](#)

Convenção Preliminar de Paz, a Argentina passaria a reconhecer a Cisplatina como território brasileiro e pagar uma indenização por “atos de pirataria”.

García levou a proposta para Buenos Aires, o que logicamente foi rechaçado pela opinião pública. Inclusive, o presidente Bernardino Rivadavia reconheceu que o acordo assinado por García era “desonroso”, mas andava tão mal das pernas que foi praticamente obrigado a apresentar sua renúncia.

O governador de Buenos Aires, Manuel Dorrego, então assumiria o posto em agosto de 1827, prometendo continuar os combates. De fato, eles se estenderam até que, em agosto de 1828, finalmente sairia um acordo das canetas (ou penas) dos diplomatas brasileiros, argentinos e, claro, ingleses.

Era tudo o que a Inglaterra queria: um novo país, com apenas 75 mil habitantes surgiria e ficaria vulnerável a seus mandos, ao mesmo tempo em que seria um algodão entre dois cristais de tamanho continental que tinham potencial de emergir como potências sul-americanas.

[voltar para o índice](#)

Por outro lado, o acordo garantia a livre navegação no Rio da Prata tanto por parte do Brasil quanto da Argentina na região por 15 anos. O problema é que não havia fixação de limites territoriais finais no acordo, sendo ainda que a Constituição do novo país deveria ser julgada por ambos os governos, mas sem as tropas dos países por lá.

“Eu entendo que a saída é coerente, no fundo, com essa história. O Uruguai não se integra cultural e politicamente ao restante da monarquia imperial. Não havia nenhum tipo de laço firme entre o Uruguai e a América portuguesa”, avalia o historiador Paulo Garcês. “Não obstante, para mim é espantoso, apesar de nós termos invadido o Uruguai, o quanto a gente estando no Uruguai eles são simpáticos a nós. Parece que essa história nem existiu”, completa o chefe da divisão de Acervo e Curadoria do Museu da Independência.

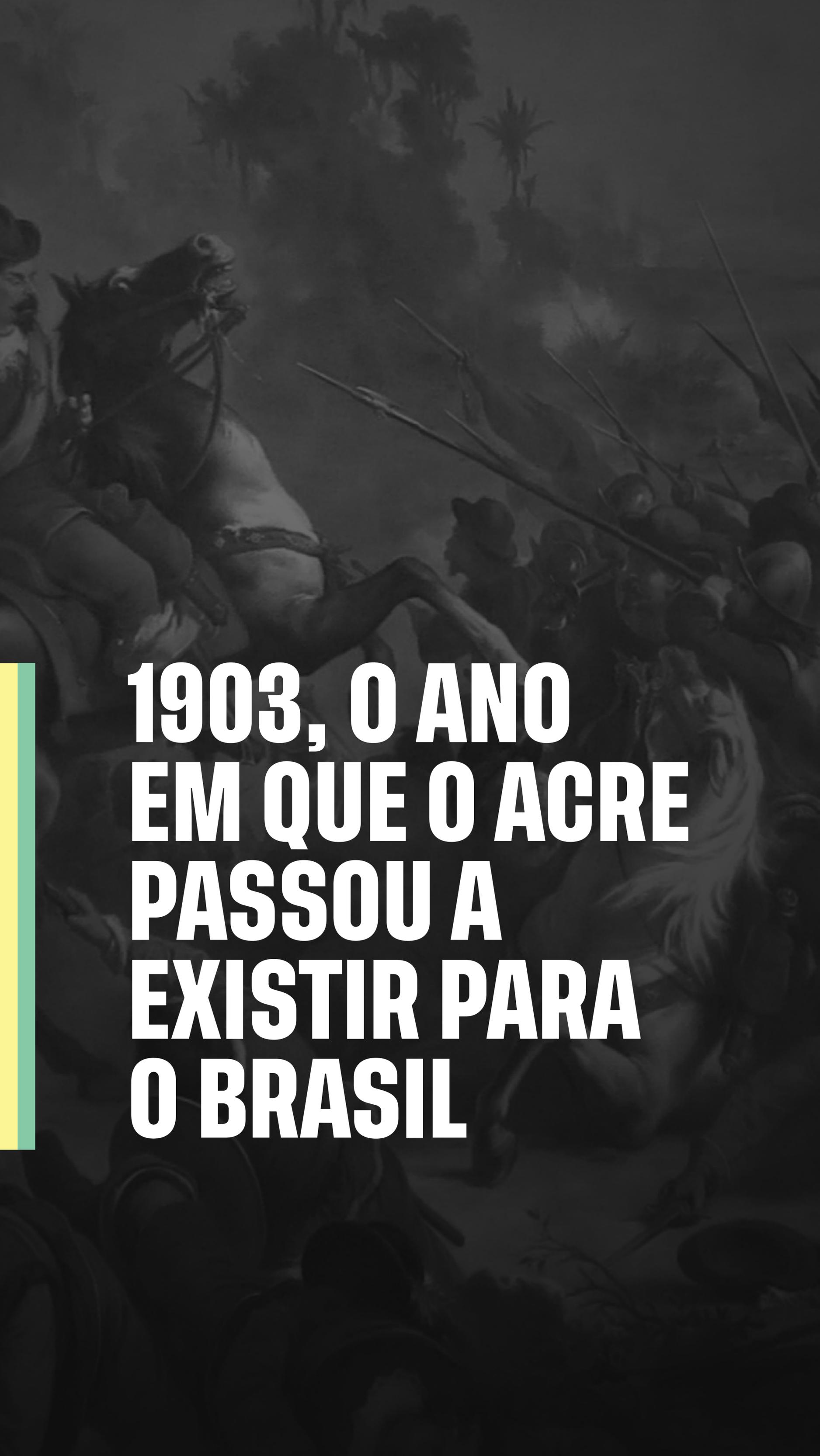
O fato final é que, em 4 de outubro de 1828, finalmente a República Oriental do Uruguai se tornaria independente. E o pessoal que tomava mate junto, no ca-

[voltar para o índice](#)

so Rivera e Lavalleja, começaram a ter suas próprias rusgas. Com Rivera eleito o primeiro presidente constitucional em agosto de 1830, Lavalleja esquece a parceria de vez e provoca uma guerra civil, sendo derrotado em julho de 1832.

Outros conflitos internos foram surgindo, assim como na Guerras da Independência do Brasil, mas a nação foi se consolidando, ainda que o Brasil permanecesse de olho na Cisplatina. “Inclusive, até 1864, o imperador do Brasil (Dom Pedro II) ainda tinha aspirações de incorporar o Uruguai ao território brasileiro. A lógica do Império era que os limites naturais do Brasil eram o Rio da Prata e o Rio Uruguai”, retoma o historiador uruguaio Nelson Pierroti. Mas essa é outra história, apesar de ser uma continuidade da mesma história.

[voltar para o índice](#)



**1903, O ANO  
EM QUE O ACRE  
PASSOU A  
EXISTIR PARA  
O BRASIL**

## 1903, O ANO EM QUE O ACRE PASSOU A EXISTIR PARA O BRASIL

Houve um momento na história em que a piada infame “o Acre não existe” era verdadeira. Mais precisamente até 1903, quando o Tratado de Petrópolis foi assinado com a Bolívia, e o território anexado após uma das Guerras Esquecidas do Brasil: a Revolução Acreana ou Guerra do Acre, como é conhecida lá fora.

Até 1889 o Brasil meio que desdenhou daquelas terras, e não faltam tratados e documentos que comprovem isso.

Enquanto acontecia a Guerra do Paraguai, por exemplo, bolivianos e brasileiros assinaram o Tratado de Ayacucho, em 1867, que reconhecia o território do Acre como boliviano. Isso garantiria a neutralidade da Bolívia no momento do confronto. Inclusive, em 1898, o Ministro das Relações Exteriores, Dionísio Cerqueira, ordenou ratificar o acordo de 1867, ficando os limites conhecidos como [Linha Cunha-Gomes](#), que hoje divide o Amazonas do Acre.

[voltar para o índice](#)

Só que as coisas vinham mudando entre as décadas de 1860 e o fim do século 19, por conta de uma matéria-prima essencial para as revoluções industriais (isso mesmo, no plural) que aconteciam países na Europa, nos Estados Unidos e no Japão: a borracha, usada para envolver cabos de eletricidade e fabricação de pneus, por exemplo.

Por causa dela, nordestinos (grande parte do Ceará) foram migrando para aqueles lados e, ainda que o Amazonas tivesse grande produção, o Acre combinava alta oferta de seringueiras para extração do látex (para borracha) e quase nenhuma autoridade para “torrar a paciência”.

Alguns locais chegaram a ter perto de 60 mil seringueiros, segundo estimativas, contou à **Gazeta do Povo** a geógrafa historiadora Maria de Jesus Morais, professora da Universidade Federal do Acre (UFAC). Ela revela que, antes, “essas terras apareciam tanto em mapas bolivianos, como peruanos e brasileiros como terras não descobertas ou inexploradas”.

[voltar para o índice](#)

“No início do século tinham muitos brasileiros cortando borracha do lado onde é a Bolívia. Até hoje tem uma presença muito forte de brasileiros do lado de lá”, afirma a doutora, que é autora da [tese Acreanidade: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana](#), também publicada como livro pela editora Edufac. “E quando a borracha desponta, o interesse para conhecer nessa área avança muito mais”, destaca.

Esse pessoal não gostou quando o ministro boliviano José Paravicini tomou posse do território, em 3 de janeiro de 1899, e fundou Puerto Alonso (hoje Porto Acre), montou uma aduana e passou a cobrar impostos com soldados bolivianos para garantir os pagamentos e a posse.

“Respondendo à pressão de grupos empresariais vinculados a um projeto de extração para a exportação, o estado [boliviano] se encontrou frente ao desafio de melhorar e controlar progressivamente as rotas de saídas fluviais e terrestres até o circuito atlântico pelo rio Amazonas e afluentes; ademais

[voltar para o índice](#)

de institucionalizar a soberania de tais espaços e para garantir a propriedade da terra a seus cidadãos”, explicou a historiadora boliviana Clara López Beltrán no artigo [La exploración y ocupación del Acre.](#)

Mas não foram apenas os seringueiros que ficaram ressabiados com essa situação. “O governo Federal e do Amazonas sentiram-se ameaçados politicamente e economicamente com a política de Paravicini, uma vez que os impostos cobrados pelo transporte dos produtos que entravam no Acre e da borracha que deixava o Acre enriquecia a Aduana boliviana, sendo que outrora, todo o comércio e cobrança de impostos eram realizados pelo governo do Amazonas”, escreveu o historiador e mestre em Educação Carlos Farias Pontes, professor do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre (UFAC), no artigo El-dourado Verde: [A Guerra do Acre.](#)

“O governo Federal também se sentia insatisfeito, pois a permissão de transporte de navios em rios acreanos para nações amigas da Bolívia ameaçava

[voltar para o índice](#)

a soberania brasileira na região, principalmente os Estados Unidos que agora poderiam penetrar na região amazônica”, completa o historiador.

Foi então que os comerciantes, apoiados pelo Amazonas, resolveram expulsar os bolivianos, afirma a geógrafa e historiadora Maria de Jesus.

## **O “ACORDÃO” DA BOLÍVIA COM OS EUA E O IMPERADOR DO ACRE**

Com a insatisfação, o governador do Amazonas à época, Ramalho Júnior, apoiou a Primeira Insurreição Acreana ainda em 1899. Liderados pelo cearense José de Carvalho, homens armados obrigaram o delegado boliviano Moisés Santivanez a deixar o território, sem precisarem dar um tiro. Mas é claro que a Bolívia não aceitaria isso de forma tão simples.

Os bolivianos preparam um plano para arrendar as terras aos Estados Unidos. O “acordão” foi descoberto pelo espanhol Luís Gálvez Rodrigues de Árias, ex-embaixador da Espanha na Argentina e jornalista,

[voltar para o índice](#)

que publicou o caso no jornal “A Província do Pará”. A denúncia fez, momentaneamente, os EUA pularem fora das negociações.

O gringo foi praticamente premiado pela descoberta, ganhando o financiamento de sua própria expedição para o Acre. Chegando lá, proclamou o Acre independente, sendo chamado por alguns até hoje de “Imperador do Acre”, com o lema Pátria e Liberdade e uma bandeira.

“No centenário do Acre (2003), esse personagem foi muito comemorado por ser o primeiro a fundar o estado independente. Seria uma nação. Daí a ideia de imperador, no sentido da simbologia”, afirma a doutora Maria de Jesus. “O discurso dele de fundação do Acre é muito patriótico, que diz que se ‘a pátria não nos quer, criamos outra’”, completa a geógrafa e historiadora.

Mas seu reinado, ou melhor, presidência, não durou muito tempo: os seringalistas e acreanos não estavam gostando muito do governo, e o espanhol

[voltar para o índice](#)

se desentendeu com Manaus e Belém, que não aceitavam a taxaço da borracha.

“Gálvez, num ato impensado, proíbe a entrada de navios brasileiros nos rios acreanos e a exportação da borracha para Belém e Manaus. Essas medidas levaram os seringalistas, liderados pelo Coronel Antônio de Souza Braga, a substituir e expulsar Gálvez do Acre, em 28 de dezembro de 1899”, destaca Faria Pontes em seu artigo.

O espanhol acabou, no fim das contas, sofrendo um golpe pouco após aplicar um (ou mais golpes), e foi deportado pelo Brasil para a Europa em 1900.

Mas, além de Gálvez, ainda tinha empresários e soldados bolivianos na região, que os brasileiros – claro – não queriam. Isso fez com que Manaus patrocinasse expedições, incluindo uma chamada “Expedição dos Poetas”, que tinham intelectuais e médicos na linha de batalha. Obviamente, ao entrarem em confronto com “soldados de verdade” a luta não deu muito certo, ainda que os “poetas”

[voltar para o índice](#)

tenham se juntado a uma junta revolucionária local.

Mesmo assim, houve uma segunda declaração de independência do Acre, apoiada pelo Amazonas, em novembro de 1900, com Rodrigo de Carvalho na presidência. Não durou nem um mês: tropas bolivianas derrubaram o governo entre 24 e 25 de dezembro de 1900.

## **OS GRINGOS DO BOLIVIAN SYNDICATE E A REVOLUÇÃO ACREANA**

Essa desorganização brasileira era um brilho nos olhos de bolivianos e norte-americanos que viram a chance de, com o apoio de empresários de outros países (como ingleses e alemães), promoverem a criação do Bolivian Syndicate.

“Seria a organização de um sindicato de investidores de diferentes nacionalidades, com sede em Nova Iorque, a quem se alugaria o território boliviano no Acre, ainda que esse estivesse tomado por brasileiros”, destacou a autora Nedy Bianca Albuquerque, em sua [tese de doutorado](#).

[voltar para o índice](#)

O novo “acordão” dava à organização estrangeira até mesmo o direito de criar suas próprias forças armadas para defender o território, além de bancar infraestrutura (serviços como rodovias e portos), sendo que 60% do faturamento ficaria para o governo boliviano e 40% para o Syndicate.

A notícia caiu como uma bomba entre seringueiros, brasileiros e até mesmo no Peru, país vizinho que também disputaria uma pequena parte da região acreana. A presença era considerada uma ameaça à soberania da própria região. Mesmo com os protestos, o presidente boliviano José Manuel Pando seguiu adiante, enviando tropas à região. E há um bom motivo para isso, como explicou a historiadora da Bolívia, Clara Lopez Beltrán:

“Na Bolívia a questão se viu por uma perspectiva diferente. Acontece que seus territórios estavam invadidos por brasileiros, mas não consideraram isso um problema; o que queriam era recuperar os impostos sobre a exportação da borracha.”

[voltar para o índice](#)

Os ministérios das Relações Exteriores do Brasil (especialmente na figura de Barão do Rio Branco) e do Peru pressionaram os Estados Unidos, que negaram ter parte no projeto do Syndicate, mas conseguiram desfazer o acordo. “O Brasil pagou a multa indenizatória que a Bolívia deveria pagar por rescindir o contrato, sendo um montante de 110 mil libras esterlinas”, destaca o historiador Faria Pontes em seu artigo.

## **A CHEGADA DE PLÁCIDO DE CASTRO À REVOLUÇÃO ACREANA**

Só que a história estava longe de acabar. Em paralelo à negociação diplomática, brasileiros se rebelavam apoiados pelo Amazonas, até que foi escolhido um experiente gaúcho militar para comandar a Revolução Acreana: José Plácido de Castro. Em Manaus, o ex-combatente da Revolução Federalista recebeu a patente de coronel e toda a logística necessária para levar tropas e treinar rebeldes em solo acreano.

“Discursivamente falando, ele é o grande herói da

[voltar para o índice](#)

Revolução Acreana. É aquele que organizou um exército de seringueiros e venceu batalhas contra a Bolívia”, revela a professora Maria de Jesus. “Era uma figura com experiência militar, letrado de certa forma e que conseguiu tomar as dores daquela insatisfação, e organizou um exército com seringueiros. E uma vez que o patrão seringalista apoiava, os seringueiros não tinham opção de não ir”, completa.

Logo em suas primeiras missões, Plácido de Castro passaria a ser temido pelos bolivianos. Isto porque, no dia 6 de agosto de 1902, quando é celebrada a Independência da Bolívia, o militar com um pequeno grupo de homens tomou Xapuri, chamada pelos bolivianos de Mariscal Sucre.

Sobre o episódio, o próprio Plácido de Castro escreveu em suas notas, expostas na obra “O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro”, de Genesco de Castro, irmão de Plácido:

*“Sem que soubessemos, era 6 de agosto, dia de festa nacional na Bolívia; era o dia da sua Independencia, pelo que estava preparada uma grande festa. Na vespera*

[voltar para o índice](#)

*havam as autoridades dormido muito tarde, depois de abundantes libações e dos canticos patrioticos do costume, pelo que áquella hora da manhã dormiam ainda a somno solto. (...) Penetrando na Intendencia, de lá retiramos umas carabinas e dous cunhetes de balas; em seguida chamei-os em voz alta. O intendente, mal acordado ainda, respondeu: ‘Es temprano para la fiesta’, ao que lhe retorqui: ‘Não é festa, Sr. Intendente, é revolução’. Levantaram-se então o intendente e os demais, sobresaltados.”*

As autoridades bolivianas foram presas ali mesmo, e a data de 6 de agosto também é hoje celebrada como o dia oficial da Revolução Acreana, feriado estadual.

O presidente boliviano José Manuel Pando continuou tentando manter a ordem, enviando contingentes de La Paz, o que dificultou a vida do gaúcho. Mesmo com derrotas, Plácido conseguiu tomar a Volta do Seringal Empresa (atual Rio Branco) e, já em 1903, Puerto Alonso (Porto Acre).

[voltar para o índice](#)

“A grande parte das batalhas históricas ocorreram em Rio Branco e na fronteira com Bolívia, em Brasiléia. Inclusive, em Cobija, que é cidade fronteiriça com Brasiléia, tem uma imagem muito simbólica de um índio que atirou fogo no seringal Carmen, que é um dos conflitos que a Bolívia ganhou com Plácido de Castro”, conta Maria de Jesus.

“A última batalha vencida pelo comando brasileiro foi a de Porto Alonso (atual Porto Acre) foi algo muito simbólico. Os bolivianos colocaram corrente de uma margem à outra do Rio. E Plácido de Castro estava descendo com borracha e não poderia atravessar. Contam que os seringueiros pularam no rio e limaram a corrente. É uma batalha contada com fervor patriótico. Os restos dessa corrente, ou que se diz ser os restos dela, ornamentam o obelisco da cidade de Rio Branco”, explica a professor.

A partir daquele momento não havia muito mais o que as tropas da Bolívia fazerem a não ser se renderem.

[voltar para o índice](#)

“Quando a notícia da expulsão dos bolivianos chegou em La Paz, o presidente Pando, montou forte exército para reaver seu território. O exército do general já marchava rumo ao Acre quando entra na guerra a diplomacia brasileira. José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, buscou meios pacíficos de resolver a querela, buscando evitar mais derramamento de sangue”, escreveu Faria Pontes.

A negociação “pacífica” incluiu o deslocamento de tropas brasileiras do Mato Grosso e Amazonas para o Acre, claramente intimidando Pando.

## **TRATADO DE PETRÓPOLIS E TENSÕES ATUAIS**

Com a Guerra do Acre, ou Revolução Acreana, tendo a vitória brasileira, restava aos presidentes Rodrigues Alves (Brasil) e José Manuel Pando (Bolívia) fazerem seu próprio “acordão”:

Em troca da maior perda territorial da história da Bolívia (cerca de 190 mil km<sup>2</sup>), o Brasil pagaria 2 milhões de libras indenizatórias pelo território antes

[voltar para o índice](#)

boliviano, entregaria um pequeno pedaço da fronteira no Mato Grosso e Rondônia e construiria a estrada de ferro Madeira-Mamoré, para facilitar o escoamento de produtos bolivianos, já que o país não tinha mais saída para o mar depois de perder para o Chile a Guerra do Pacífico (1879-1883).

O acordo foi assinado dia 17 de novembro de 1903, ficando conhecido como o Tratado de Petrópolis.

“Até hoje os bolivianos têm uma tensão histórica com o Acre. Em Rondônia (também fronteira) eu já não vejo isso. Aqui tem uma tensão subjetiva, que de uma certa forma o Brasil roubou a Bolívia. Tem essa perspectiva. Até porque na negociação o Brasil se deu muito bem”, afirma a professora Maria de Jesus.

Parecia o fim da história. Parecia. Só que alguns novos capítulos ainda aconteceram no Alto Juruá, quando soldados peruanos invadiram a região em 1904. Acabaram sempre derrotados pelos acreanos, agora oficialmente brasileiros. Mas com os novos conflitos, o Brasil ainda firmaria um novo tratado, em 8 de

[voltar para o índice](#)

setembro de 1909, para a retirada dos peruanos da região do Juruá em troca de 40 mil km<sup>2</sup>.

Com esse sangue e luta, o Acre finalmente se consolidou como Território Federal do Brasil em 1904, passando a ter medidas praticamente definitivas em 1909. Anos após, foi elevado à “categoria de Estado”, em 15 de junho de 1962. Mas essa é outra história.

[voltar para o índice](#)



# REFERÊNCIAS

ARREGUINE, Victor. Historia del Uruguay. Montevideo: Imprenta y Litografía La Razon, 1892.

BARRÁN, José Pedro. La independencia y el miedo a la revolución social en 1825. Revista de La Biblioteca Nacional, Montevideo, n. 1, p. 65-77, 1986.

BARROSO, Gustavo Adolfo Luís Guilherme Dodt da Cunha. História Militar do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2019. 272 p. v. 192.

BEZERRA, Maria José. Invenções do Acre: de território a estado - um olhar social. 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARNEIRO, David. História da Guerra Cisplatina. Série 6<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946. v. 246.

DAS NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. Regeneração Política no Brasil: Os movimentos de 1821/1882 na Bahia e os primórdios da edificação do Império

[voltar para o índice](#)

do Brasil. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, julho 2011.

DE ALBUQUERQUE, Nedy Bianca Medeiros. “A Cavalgado não se olha os dentes”: O Bolivian Syndicate e a questão do Acre na imprensa. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

DE CARVALHO, Marcio Rodrigo Côelho. Entre o Uwa’kürü e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

DE CASTRO, Genesco. O Estado Independente do Acre e J. Plácido de Castro: Excertos Históricos. Brasília: Senado Federal, 2005. 320 p. v. 56.

DE ROURE, Agenor. Formação Constitucional do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2016. 361 p. v. 225.

DORATIOTO, Francisco. O Brasil no Rio da Prata

[voltar para o índice](#)

(1822-1994). 2. ed. Brasília: FUNAG, 2014.

FRANCISCHINI NETO, Helio. INDEPENDÊNCIA E MORTE: Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823). 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, 2015.

GALVEZ, Marcelo Cheche. Constitucionais ou Absolutistas, eram todos “portugueses”: Imprensa, Revolução Liberal e Independência na Província do Maranhão. Revista de História das Ideias, Imprensa da Universidade de Coimbra (Portugal), ano 2022, v. 40, n. 2<sup>a</sup> série, p. 201-222, 2022.

GALVEZ, Marcelo Cheche. Sobre as lutas contra a Independência na América portuguesa: Os “portugueses” da província do Maranhão. Revista Nuevo Mundo Mundos Nuevos, 2013

LÓPEZ BELTRÁN, C. La exploración y ocupación del Acre (1850-1900). Revista de Indias, v. 61, n. 223, p. 573-590, 2001

[voltar para o índice](#)

GOMES, Laurentino. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

LUFT, Marcos Vinícios. “Essa guerra desgraçada”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MORAIS, Maria de Jesus. “Acreanidade”: Invenção e Reinvenção da Identidade Acreana. Rio Branco, Acre: Edufac, 2016. 340 p.

PIERROTTI, Nelson. Volver a la Cisplatina (1817–1828): Una aproximación a los “estados de opinión” de los orientales sobre la independencia del Uruguay. Humanidades: Revista de la Universidad de Montevideo, Montevideo, ed. XIII, p. 17–69, 2013.

PONTES, C. J. F. O “EL-DOURADO VERDE”: A GUERRA DO ACRE. South American Journal of Basic Edu-

[voltar para o índice](#)

cation, Technical and Technological , v. 3, n. 1, 2016

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. Confrontos políticos e redes de sociabilidade, Bahia (1821-1823). 2010. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, 2010.

[voltar para o índice](#)

